

Editorial

ABERTURA
ECONÔMICA

Ao retirar de pauta a proibição de abertura de lojas de shoppings aos domingos, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais se alinha ao movimento nacional de incentivar a produção e o emprego, bem como reduzir as restrições ao investimento. O projeto, de dois anos atrás, prevê multas de R\$ 360 mil e até ameaça de cassação de alvará de quem a desobedecer.

Shoppings são responsáveis pela geração de mais de 1 milhão de empregos e movimentam R\$ 178 bilhões em todo o país. Minas Gerais é o terceiro colocado em número de unidades, tendo fechado o ano passado com 42 complexos em funcionamento e expectativa de abrir mais seis até o fim deste ano.

Deve-se reconhecer que o comerciante tem o direito e merece compensar com folgas o trabalho que dedica aos consumidores. O problema está no fato de o poder público não observar a competência constitucional dos municípios de regular o tema – já sinalizada pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia –, bem como na criação de obstáculos ao investimento privado. Nesse sentido, a Medida Provisória 881, chamada de MP da Liberdade Econômica, avança na Câmara dos Deputados e traz mecanismos para flexibilizar as jornadas de trabalho, permitindo abertura aos domingos e feriados, com a promessa de compensar os empregados e assegurar seus direitos legais.

“O problema da burocracia no Brasil impede o avanço da economia”, afirmou o relator da MP, Jerônimo Goergen (PP-RS), exortando seus colegas a acabar com essa barreira ao desenvolvimento econômico.

No ranking de competitividade do Fórum Econômico Mundial, o Brasil caiu para a 72ª posição entre 140 países, impactado principalmente pelos entraves da burocracia ao dinamismo no ambiente de negócios. Por isso, é dever de todas as autoridades públicas impedir o surgimento de novos obstáculos ao investidor e favorecer o efeito do empreendedorismo na geração de renda e de empregos para Minas e para o país.

SEMPRE EDITORA LTDA

FUNDADOR	Vittorio Mediolì
PRESIDENTE	Laura Mediolì
VICE-PRESIDENTE	Marina Mediolì
DIRETOR EXECUTIVO	Heron Guimarães

GERENTE COMERCIAL
Alessandra Soares

EDITORES EXECUTIVOS
Murilo Rocha
Renata Nunes

GERENTE DE ASSINATURA
Fernanda Rodrigues

COORDENAÇÃO DE JORNALISMO
Flaviane Paixão

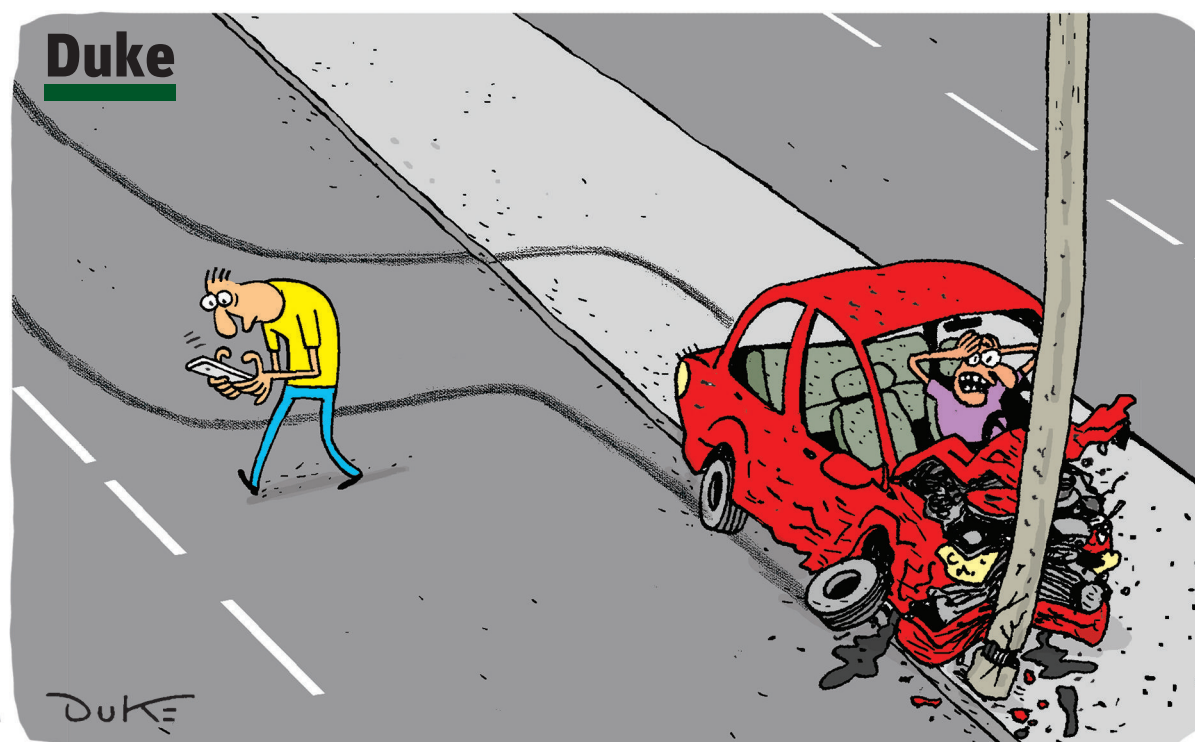
GERENTE INDUSTRIAL
Guilherme Reis

EDITORES
Opinião: Frederico Duboc
Economia: Karlon Aredes
Brasil/Mundo/Interessa: Aline Reskalla
Política: Ricardo Corrêa
Super.FC: Frederico Jota
Cidades: Carla Alves
Primeira: Marília Mendonça
Fotografia: Daniel de Cerqueira
Magazine: Soraya Belusi

GERENTE DE CIRCULAÇÃO
Isabel Santos

GERENTE ADMINISTRATIVO
Rômulo Lima

O.PINIÃO



www.dukechargista.com.br

ADALBERTO LUIS VIDAL

Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/MCTI)
e membro do conselho administrativo da Fundação Bunge

Agricultura familiar é essencial na
garantia da segurança alimentar

Setor mobiliza mais de 4 milhões de famílias no país

Agricultura familiar, que consiste no cultivo realizado por pequenos produtores rurais e, na maioria das vezes, do mesmo grupo familiar, tem ganhado cada vez mais espaço no cenário econômico, climático e científico. É responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa do país e por mais de 70% da renda dos brasileiros ocupados no campo, e, por isso, o Prêmio Fundação Bunge leva o tema para suas áreas homenageadas neste ano.

Historicamente, esse tipo de cultivo acompanhou o crescimento do país. Segundo levantamento feito pelo governo federal em 2018, a agricultura familiar brasileira configurou-se como a oitava maior produtora de alimentos do mundo e a maior do Brasil. Hoje, 87% da mandioca, 70% do feijão, 60% da produção nacional de leite, 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 46% do milho consumidos pela população brasileira vêm desse tipo de cultivo.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o setor movimenta US\$ 55,2 bilhões por ano. A representatividade é tamanha que envolve aproximadamente 4,4 milhões de famílias agricultoras, ou seja, 84% dos estabelecimentos rurais brasileiros.

No mundo, os números não são menos expressivos. Os agricultores familiares são responsáveis pela produção de mais de 80% de toda a comida do planeta, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), que, inclusive, lançou recentemente a Década da Agricultura Familiar, com o objetivo de fomentar, entre 2019 e 2028, políticas que permitam o desenvolvimento e o progresso dessa área de atuação.

Os debates sobre o tema estão mais

intensos porque estudos apontam um aumento de consumo de alimentos para os próximos 20 anos. O Brasil está entre os países que terão que dobrar sua produção para atender essa demanda. E no mundo, segundo a ONU, mais de 90% das 570 milhões de propriedades agrícolas são administradas por um indivíduo ou por uma família e dependem, principalmente, da mão de obra familiar – dados que reforçam a necessidade de estímulo contínuo ao tema que pode mudar uma realidade global.

É de suma importância a implementação de intervenções educativas capazes de capacitar os indivíduos a realizar escolhas mais saudáveis

A atividade está exposta a fragilidades que podem prejudicar o seu desenvolvimento sustentável e que envolvem questões como segurança alimentar e desafios no escoamento dos alimentos. O desperdício, por exemplo, é um dos principais problemas a serem enfrentados. O modelo agrícola já chegou a desperdiçar 35% da produção brasileira. Com o uso racional desse tipo de serviço, poderíamos alimentar mais de um terço dos habitantes apenas com o que desperdiçamos no país atualmente.

O consumo consciente do alimento em qualquer esfera da sociedade é um assunto que deve sempre ser discutido. Aliada à agricultura familiar, a educa-

ção alimentar e nutricional é uma importante ferramenta de empoderamento individual para melhorias das condições de saúde e hábitos alimentares. Embora a alta demanda por alimentos industrializados se faça cada vez mais presente, é de suma importância a implementação de intervenções educativas para capacitar os indivíduos a realizar escolhas mais saudáveis.

E como não conectar a educação alimentar com a produção e consumo de alimentos vindos da agricultura familiar? Com esse pensamento, em 2014, a II Conferência Internacional sobre Nutrição, em Roma, na Itália, discutiu possíveis estratégias com as quais a educação alimentar e nutricional poderia contribuir para a geração de oportunidades de desenvolvimento da agricultura familiar e como a população poderia se beneficiar desses produtos.

Excepcionalmente hoje, não publicaremos a coluna de Iran Barbosa.

